

Viagens ao outro lado da Grande Lisboa

Isabel Ferin¹

Este artigo resulta de um trabalho elaborado entre o final de 2007 e o início de 2008 com imigrantes e seus descendentes na região da Grande Lisboa. Nesta exposição, descrevem-se as “impressões” das visitas a quatro bairros, maioritariamente habitados por cidadãos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e seus descendentes, registradas no Diário de Campo, bem como as “conversas” paralelas às sessões. O objetivo é relatar aspectos do quotidiano dos intervenientes, nomeadamente os que estão associados ao medo e à violência, revelados ao longo dos encontros, que tendem a “ficar de fora” das pesquisas fundadas em metodologias com características mais lógico-dedutivas e que são indicadores, na perspectiva da autora, de um certo “clima” da imigração e da imagem que os imigrantes têm do país de acolhimento e seus cidadãos.

Palavras-chave: estudos de recepção, imigrantes dos PALOP, área metropolitana de Lisboa.

Journeys to the other side of Lisbon Metropolitan Area. This article is the result of a research conducted in the final months of 2007 and the beginning of 2008 in Lisbon's Metropolitan Area. The aim of this exposition is to report the “impressions” of four visits to poor residential quarters, mostly inhabited by citizens from Portuguese (Official) Speaking African Countries (PALOP) and their descendents. These impressions, as well as the conversations paralleled to the sessions, were registered on a field diary. The objective is to describe aspects of daily life, namely those that are associated to fear and violence, revealed throughout the meetings. These aspects tend not to be considered on researches that are grounded on methodologies with logic-deductive characteristics, but according to the author, this erasure discloses immigration “ambience” and the representation of the accepting country and their citizens.

Key words: reception studies, PALOP immigrants, Lisbon metropolitan area.

Este artículo resulta de un trabajo elaborado entre fines del 2007 e inicio del 2008 con inmigrantes y sus descendientes en la región de la Gran Lisboa. En esta exposición se describen las “impresiones” recogidas en las visitas a cuatro barrios, mayoritariamente habitados por ciudadanos de Países Africanos de Lengua Oficial Portuguesa (PALOP) y sus descendientes, registradas en el Diario de Campo, como así también las “conversaciones” paralelas a las sesiones. El objetivo es relatar aspectos cotidianos de los grupos estudiados, concretamente los que están asociados al miedo y a la violencia, revelados a lo largo de los encuentros, que tienden a “quedar excluidos” en las investigaciones fundadas en metodologías con características más lógico-deductivas. Estos aspectos son indicadores, desde la perspectiva de la autora, de un cierto “clima” de la inmigración e imagen que los inmigrantes tienen hacia el país de acogida y sus ciudadanos.

Palabras-clave: estudios de recepción, inmigrantes de los PALOP, área metropolitana de Lisboa.

¹ Licenciada em História pela Faculdade de Letras de Lisboa. Mestre e Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Brasil. Investigadora e docente do Instituto de Estudos Jornalísticos da Universidade de Coimbra. E-mail: barone.ferin@gmail.com.

Introdução

Esta exposição decorre de impressões registradas quando foram realizadas quatro sessões de grupo de foco com cidadãos originários dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), no âmbito do Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social Portugueses². Em busca dos imigrantes dos PALOP, constatamos que a maior parte das associações de imigrantes cabo-verdianos integrava os descendentes de imigrantes cabo-verdianos e imigrantes de outros Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, principalmente guineenses e são-tomenses. Os 29 participantes, 24 homens e 5 mulheres, encontravam-se em fase de aquisição de nacionalidade ou com nacionalidade recém-adquirida ao abrigo da Nova Lei da Nacionalidade de 2007³.

A estratégia para a organização dos grupos foi desenhada a partir de contatos realizados com as associações de imigrantes registradas junto do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI). A seleção das associações obedeceu ao fato de integrarem imigrantes que correspondiam ao “perfil” estatístico enunciado em estudos especializados. Este é o caso, por exemplo, dos imigrantes cabo-verdianos e dos PALOP terem poucas habilitações literárias, trabalharem na construção civil ou estarem desempregados. Contudo, as associações que participaram e mobilizaram os seus membros contactaram preferencialmente “as elites”, entendendo-se como tal os membros com maior escolaridade, consciência política, participação em atividades comunitárias e capacidade reivindicativa. Note-se que, em cada um dos quatro grupos de foco realizados com esses imigrantes, as pessoas se conheciam ou até tinham, algumas, relações de amizade. Ressaltamos, ainda, que, segundo os membros das associações que se comprometeram a contactar as pessoas para os grupos, muitos aceitaram participar e depois, em cima da hora, não apareceram por motivos profissionais (homens) ou vida familiar (mulheres). Assim, e independentemente de termos comunicado para todos que haveria 8 sessões e de termos marcado os encontros para os fins-de-semana — com horários acordados entre os participantes, orga-

nizadores e mediadores —, houve maior participação masculina em detrimento da feminina.

As sessões, com cerca de 90 minutos, foram estruturadas em torno de roteiros adaptados às diferentes comunidades. Foram, ainda, aplicados questionários de identificação com o objetivo de registrar os dados individuais mais significativos como local de nascimento, nacionalidade, sexo, idade, escolaridade, profissão e ocupação.

Notas metodológicas

Paralelamente à realização das sessões de grupo de foco, foi produzido um “Diário de Campo” onde pretendemos registrar, de modo informal, as “impressões/observações” dessas incursões, descrevendo os cenários e as interações que envolveram a chegada aos locais e os contextos onde se realizariam os grupos de foco.

A elaboração dessas notas enquadra-se na Sociologia do Quotidiano e objetiva uma lógica de descoberta, em que, no dizer de Pais (2002, p. 19), a realidade social se insinua. O registro pretendia complementar percursos de investigação pré-estabelecidos, nomeadamente os quadros teóricos de referência e as hipóteses de partida consolidados em outras pesquisas do campo, procurando estratégias de conhecimento que contribuíssem para desvendar “enigmas” de contextos vivenciais dos participantes nas sessões (Pais, 2002, p. 20). Metodologicamente, esses relatos situam-se numa perspectiva compreensiva ou indutiva, fundamentada em princípios advindos da *grounded theory*, da etnometodologia e do interacionismo simbólico, teorias que procuram explicar quer fatos que se observam em trabalho de campo, quer sentidos que as pessoas dão às suas ações do quotidiano.

Dessa forma, a observação tornou-se uma ferramenta privilegiada na medida em que, despojada de certezas, as investigadoras objetivam conhecer os “porquês” de determinados fenômenos sociais. Apesar de o exercício de observação ter como objetivo encontrar um significado sociológico para os dados recolhidos, classificá-los e avaliar o seu grau

² Este artigo resulta de um Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social Portugueses sobre os Imigrantes realizado entre novembro de 2007 e março de 2008 na Grande Lisboa. Este trabalho que incide sobre os cidadãos dos PALOP e seus descendentes, procura corresponder à confiança que os participantes dos grupos de foco depositaram nas pesquisadoras, Isabel Ferin e Marina Mendes, no sentido de divulgarem algumas das suas opiniões, anseios e expectativas.

³ Em nenhum dos grupos foram registrados cidadãos de origem moçambicana.

de generalidade (Peretz, 1998, p. 15), a observação que descrevemos é, antes de mais, uma memória da observação. Quer isto dizer que os relatos que aqui trazemos constituem descrições de incursões no terreno e de observações diretas, testemunhadas nos locais das atividades e na residência dos imigrantes e seus descendentes. Os relatos dessas “viagens ao terreno” têm o valor de um relato circunstancial e não generalizável, pois foram realizados quando aconteceram as sessões de grupo de foco, em contexto previamente agendado e sem retorno das investigadoras ao mesmo local, isto é, sem uma segunda “viagem” que confirmasse as impressões iniciais. No entanto, esta observação direta permitiu entrar em contacto com os ambientes quotidianos dos participantes, observar situações e interações entre os membros das comunidades e entre estes e as investigadoras. Estas notas permitem, ainda, dar conta de “atmosferas” da imigração e das chamadas “segundas gerações” em que, a propósito dos usos e consumos dos meios de comunicação portugueses, se identificam camadas espessas de História nas interações dos grupos e no posicionamento dos participantes face à sociedade dominante.

A utilização da metodologia de grupos de foco com pessoas originárias da mesma região geográfica, país ou continente, permitiu observar três níveis de interação na construção coletiva da identidade (Munday, 2006). Num primeiro momento, observamos os mecanismos de interação entre os membros integrantes do grupo, os papéis assumidos por eles, homem e mulher, e a representação do Eu perante o grupo de pertença; num segundo momento, objetivou-se compreender como o grupo coletivamente se representava e interagia perante o Outro (as investigadoras, as mediadoras portuguesas, os mediadores, em geral, ali presentes); finalmente, registramos e contextualizamos as afirmações, opiniões e debates suscitados pelo tema “Os meios de Comunicação Social Portugueses”, junto dos participantes.

Dentro do primeiro nível de observação — “os papéis assumidos pelos membros homem e mulher e a representação do Eu perante o grupo de pertença” — constatamos que, em todos os grupos de foco realizados, independentemente da nacionalidade envolvida, há indícios de distinções e hierarquias. Estas afloram na interação entre os diversos participantes e, nomeadamente, estão relacionadas com o estatuto social anterior à imigração, às trajetórias individuais, ao sexo, à escolarização, ao sucesso no percurso da imigração, aos contatos e vida em comum, ou, ainda, em função do papel desempenhado

na comunidade. No decorrer das sessões, essas distinções determinam algumas formas dos participantes se representarem perante o grupo e assumirem, ou não, opiniões, atitudes e comportamentos.

Assinalamos, ainda, que, nos grupos de foco realizados, afloram algumas situações que permitem uma aproximação às questões de gênero (Ferin, 2006): as mulheres cabo-verdianas ou descendentes de cabo-verdianas e dos PALOP falam depois dos homens e evitam contrariá-los diretamente, mesmo em temas que claramente dominam, como as telenovelas. Essas mulheres, quase todas jovens, chegavam mais tarde às sessões, que decorreram aos fins-de-semana, alegando que tinham estado ocupadas em afazeres domésticos, afirmação que invariavelmente suscitava observações dos homens do tipo: “esteve a arrumar a casa”; “a tratar do marido e dos filhos”, mas também outras observações como “isto, também, tem de mudar”.

No segundo nível de observação — “a representação dos diversos elementos, e do grupo enquanto entidade, perante as investigadoras e os mediadores” — verificamos que, de uma maneira geral, todos os grupos tendem a ter uma percepção coletiva do seu grupo face à imigração e a situá-la numa escala histórica e temporal. Assim, os imigrantes cabo-verdianos e seus descendentes recuam “às secas e fomes do início da década de sessenta” enquanto os restantes cidadãos dos PALOP situam-se nas guerras coloniais da década de 1960 e 1970. Notamos, ainda, que os grupos têm, relativamente ao país e à comunidade de pertença, graus diversos de autoestima. Os indicadores de autoestima surgem associados quer a estereótipos, quer a qualidades e defeitos identificados como características nacionais, assumidos em graus diferentes nas comunidades, ora com orgulho, ora como estigmas. Torna-se perceptível, em muitos momentos, nas verbalizações dos participantes dos PALOP e seus descendentes, as referências às hierarquias coloniais matizadas pelo orgulho nacional, por exemplo, quando se referem às imagens que as televisões emitem sobre os seus países, nomeadamente às imagens veiculadas pela RTP África⁴ sobre os PALOP e a África, em geral. Esses indicadores ou indícios espelham-se, ainda, nos jogos complexos que articulam “o que eles/portugueses pensam que nós somos, o que nós somos realmente e o que eles são capazes de ver de nós” e são verbalizados no decorrer das sessões. Com essas estratégias, os participantes procuram esclarecer e denunciar situações, bem como transmitir “informações consideradas

⁴ Canal televisivo pertencente ao Grupo do Estado que emite para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e para Portugal.

importantes” às investigadoras, percebidas como elementos da sociedade dominante e investidas de algum poder de acesso a autoridades difusas, como autarquias, governo, partidos políticos, etc. Nessa situação de interação, a tendência é reproduzir papéis sociais pré-estabelecidos, com as investigadoras a serem, simbolicamente investidas, pelos participantes das sessões, da função de “porta-voz” dos “sem voz” (Fenton, 2007) face às autoridades e instituições governamentais e estatais.

Ao longo das sessões, o papel do mediador — normalmente quem organizou e fez os contatos iniciais para a sessão — não foi uniforme, ele tende a variar em função do grupo e da sua origem nacional. Os mediadores que tinham a mesma origem nacional dos integrantes do grupo de foco apresentavam uma maior aceitação e liderança, e tenderam a expor pontos de vista ou a manifestar opiniões que sintetizassem as percepções e os sentimentos do seu grupo. Já os mediadores portugueses tenderam ou a distanciar-se, introduzindo a clivagem Nós/Eles, ou a “sobrepor” a sua voz aos integrantes do grupo que mediavam.

No terceiro nível de observação, no qual pretendemos registrar e contextualizar as afirmações, opiniões e debates suscitados pelo tema “Os Meios de Comunicação Social Portugueses”, observamos que o fluxo das notícias e vivências do quotidiano é muito importante e condiciona, em grande medida, o desenrolar das sessões. Assim, em todas as sessões, acontecimentos recentes relatados pelos meios de comunicação foram evocados e associados às experiências do quotidiano dos participantes.

As associações e os mediadores contactados agendaram as sessões de grupo de foco nos locais de maior acessibilidade para os seus membros. Em certa medida, a escolha dos locais para a realização dos encontros já revela a trajetória da imigração das comunidades em Portugal e as suas expectativas de integração, acolhimento e permanência. Os quatro grupos de foco, que contaram com imigrantes dos PALOP e seus descendentes, foram marcados para as sedes de associações ou para centros de inclusão digital e apoio à juventude, situados em bairros de ocupação dita clandestina ou sociais.

Quatro “viagens” aos bairros da Grande Lisboa

Os cenários nos bairros da Grande Lisboa não são iguais, apesar de existirem traços comuns naquilo

que Appadurai (2004, p. 51) designa por “etnopaisagens”, paisagens de pessoas que constituem o mundo em deslocamento. As paisagens de pessoas refletem maioritariamente as ondas de deslocamentos, ou as diásporas, que se iniciaram ou seguiram ao fim do império colonial português, e os laços comunitários, de sociabilidade e parentesco que se estabeleceram nos percursos de chegada à ex-metrópole. Nesses espaços, cruzam-se imigrantes e descendentes de imigrantes, alguns com nacionalidade dos países que viram nascer os seus pais, outros, nascidos em Portugal, e que, ao abrigo da legislação de 2007, se encontram em fase de aquisição de nacionalidade.

Dois dos bairros visitados são ainda os originários dos primeiros assentamentos clandestinos outros são considerados bairros sociais, resultantes dos realojamentos do final da década de 1990, início do milénio. Enquanto, nos primeiros, as construções são abarracadas e as casas construídas por etapas entre ruas tortuosas e não asfaltadas, onde sobressaem as fiações elétricas emaranhadas e as canalizações improvisadas, nos segundos, há um ar de modernidade, com prédios pintados de cores berrantes, atravessados por ruas desenhadas à régua, praças com cafés e mercadinhos, e alguns, poucos, equipamentos sociais direcionados aos jovens e às crianças. A situação desses bairros na periferia pobre da Grande Lisboa tende a criar guetos, onde são reduzidas as possibilidades de contacto com os cidadãos nacionais e se instalam dinâmicas de reprodução social desvantajosas fundadas no insucesso escolar e nas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Contudo, como referem alguns autores esses bairros, predominantemente étnicos, apesar de tenderem a reproduzir desvantagens sociais, oferecem também aos seus habitantes — numa sociedade de acolhimento, percebida, muitas vezes, como hostil — um conjunto de recursos que permitem suprir importantes necessidades sociais, culturais e mesmo económicas.

Nos assentamentos clandestinos, a progressão em direção ao interior do bairro é difícil, não só pelo fato de as ruas não serem asfaltadas, mas também por se encontrarem sulcadas por veios de água, resultantes das chuvas e dos despejos. A “viagem” ao interior desses bairros é também guardada por muitos olhares vigilantes que demonstram estranhamento pela cor, pela língua e por alguns sinais que são percebidos de estatuto económico e classe social. Nesses bairros, as pessoas só ultrapassam o primeiro círculo de habitações com a ajuda de mediadores e a permissão das autoridades do bairro, nomeadamente o pastor evangélico, o/a encarregado/a da associação de moradores, da creche e do centro de apoio à juventude.

Primeira “viagem”: amadora, 01/12/2007

O contato inicial foi realizado por intermédio de um líder de uma associação de jovens, que, desde o início, se mostrou receptivo e se disponibilizou para contatar os moradores. A entrada do bairro se faz por um largo de terra batida onde se vêem alguns homens e mulheres, estas vestidas com saias compridas e largas e lenços na cabeça, de meia-idade, em torno de algumas bancas improvisadas de venda de peixe. No centro do largo, mesmo em frente às duas ruas principais que dão acesso ao coração do bairro, encontram-se alguns carros imobilizados e abandonados, cheios de lixo. Para quem entra e é estranho ao bairro, a primeira impressão é a existência de muito lixo e muita desarrumação. Num segundo momento, fixa-se melhor o olhar nas construções que assomam no largo de terra asfaltada e percebe-se que, do lado direito, está uma igreja, ao centro, um café com a designação de centro recreativo; do lado esquerdo, uma creche e um edifício pintado de fresco com um pequeno pátio gradeado. Subindo pela rua do lado direito, chega-se ao espaço jovem, uma auto-construção no início da ladeira que sai do largo central e leva ao interior do bairro. Nesse lugar, ficamos sentadas cerca de meia hora, observando o movimento do bairro na manhã de sábado. Por nós, passaram jovens e adultos, quase todos do sexo masculino, e nenhuma criança. Alguns cumprimentavam; outros, não. Um adulto jovem sentou-se do nosso lado e, em seguida, outro; os dois, calados, olhavam-nos, de vez em quando, com alguma curiosidade ou expectativa. Eram os primeiros participantes da sessão de grupo de foco, mas outro jovem avisou que o mediador estava atrasado. Passou mais de meia hora e já tínhamos trocado algumas palavras sobre o tempo com os rapazes sentados no muro do espaço jovem. Mais uns 10 minutos e um miúdo veio informar que a sessão ocorreria na sala de convívio, no início do bairro e onde funcionava o café. Voltamos a descer a rua em direção ao largo de entrada: eram 11h e 40min. No café, estavam mais adultos jovens e o mediador, assim como o dono do café, um senhor de cerca de 60 anos. Todos falavam crioulo e o senhor fazia alguma troça por estarem tantos homens e duas mulheres brancas e portuguesas (a bolsieira era brasileira, mas, para ele, as brancas eram portuguesas). Este senhor demonstrava alguma animosidade, pois não nos cumprimentou, olhou-nos de forma desconfiada, mas, murmurando entre dentes, obedeceu ao solicitado: colocar as cadeiras

do café em círculo. Ao mesmo tempo, fazia comentários em crioulo, dirigindo-se aos demais intervenientes que se foram sentando nas cadeiras. Todos falavam crioulo entre si e dirigiam-se a nós em português. Percebemos que alguns eram nascidos em Portugal e outros, em Cabo Verde; alguns chegaram muito jovens, o que configura o conceito ambíguo de “segundas gerações”. Perguntamos se falavam crioulo em casa, ao que responderam afirmativamente, admitindo, no entanto, que privilegiavam o português no trato com as crianças, “por causa da escola”. Teve início a sessão de grupo de foco com nove homens e alguns dos participantes preferiram apresentar-se “com nomes inventados”, justificando que “era melhor”. Quando dois dos participantes anunciaram que estavam em fase de aquisição da nacionalidade portuguesa e que iriam ser portugueses, o senhor de idade comentou, em crioulo, qualquer coisa como “portugueses uma ova”.

Das cinco mulheres contatadas, chegaram duas, cerca de 20 minutos após o início da sessão, justificando que tinham estado a tratar dos maridos. Alguns dos participantes, homens, comentaram que essa situação era uma outra forma de discriminação e que os homens “africanos” eram muito machistas. Entretanto, várias pessoas foram passando pelo café, ficavam um pouco, escutavam a conversa, e voltavam a sair. Durante a sessão, as “queixas” sobre os meios de comunicação foram muitas e, estranhamente, associadas às forças de segurança, fato que, no decorrer das outras sessões, se confirmou ser uma opinião muito generalizada. Os participantes lamentaram a invisibilidade de Cabo Verde e dos países africanos, bem como dos bairros, nos meios de comunicação, sobretudo nas televisões generalistas. Focaram a “aliança entre jornalistas e fontes policiais” que resultam em imagens captadas “atrás da polícia”. Um dos integrantes, militar de profissão, referiu que, quando esteve no Afeganistão, os colegas, portugueses brancos, falavam que as ações feitas nesse país deveriam ser feitas nos “bairros de pretos” e que isso o recordava sempre da sua condição de “falso português”. Analisaram criticamente, ainda, o papel da RTP e da RDP África, levantando os pontos positivos e negativos e propuseram que estas estações mantivessem um maior distanciamento face aos interesses portugueses e às políticas dos PALOP. A divulgação de música africana e dos PALOP foi muito louvada, bem como os espaços para novos ritmos e talentos. Sugeriram, ainda, que a RTP África tivesse mais programação africana ou em coprodução com as diásporas desses países em Portugal, dando oportunidades aos “jovens descendentes de africanos” de “valorizarem a sua cultura”.

A intervenção das duas jovens, sempre quando os homens lhes davam espaço, ou nós lhes dirigíamos alguma pergunta de forma direta, demonstravam menos percepção de discriminação e mais estratégias de inserção social. Das suas opiniões, depreendia-se, pelos exemplos, que estavam mais integradas — como denotavam as observações sobre as telenovelas emitidas pela TVI — e tinham uma vida exterior ao bairro e mais redes de sociabilidade onde entravam conhecidos portugueses. Nesse sentido, as suas respostas a determinados tópicos, enquadraram-se mais no padrão da sociedade portuguesa de usos e consumos dos meios de comunicação.

Segunda “viagem”: Loures, 12/12/2007

O contato foi realizado com a coordenadora de um espaço municipal de inclusão digital e de apoio aos jovens, que conta, também, com a participação dos movimentos associativos locais. Apesar de terem sido contactados igual número de homens e de mulheres, a sessão contou com a presença de 5 homens e 1 mulher. Esta, no meio da sessão, declarou só ter vindo para “denunciar uma injustiça da polícia e da SIC” relativamente à acusação e detenção do seu namorado na semana anterior.

A reunião estava marcada para as 18h num bairro em Loures, e o caminho até lá, naquele horário, foi demorado devido ao trânsito difícil nessa região, que é muito industrializada. Na entrada, observamos, dos dois lados da estrada, uma barreira da polícia, bastante armada, com carros apontados quer para o sentido Loures (bairros), quer para o sentido aeroporto (centro de Lisboa). A urbanização, ao anoitecer, tem um aspecto hospitaleiro e relativamente cuidado, com prédios de três andares e alguns equipamentos para crianças e jovens. Contornando o bairro à procura do centro associativo, deparamo-nos com espaços cheios de mato, onde se amontoavam barracas destruídas e outras áreas comerciais, se aglomeravam muitos jovens adultos e nos quais o lixo e os grafites dominavam. O bairro começava a surpreender pelo número de jovens (rapazes) encostados às paredes, frente aos cafés e bares, conversando e numa postura de desocupação total. Nesta parte do bairro, a iluminação é relativamente escassa, as casas têm entradas pouco cuidadas. Depois de muitas voltas e sem encontrar o local da reunião, estacionamos

o carro e pedimos informações aos rapazes, que, um pouco surpreendidos pela nossa presença, nos indicaram o local. Entretanto, um dos mediadores oficiais do bairro (função criada pelas associações, autarquia e projetos de integração) localizou-nos e foi nos buscar. O mediador, um senhor cabo-verdiano de cerca de 50 anos, há muitos anos em Portugal, entabulou conversa imediatamente, referindo, a propósito da desocupação dos jovens, que conhecia alguns que estavam a retornar a Angola. Já no centro, aguardavam-nos a mediadora e três jovens adultos. A primeira comunicou que viriam mais dois jovens e duas jovens, mas que, “quando se tratava de raparigas, era sempre mais difícil fazê-las sair de casa, dado que tinham sempre afazeres domésticos”.

O local da reunião era uma sala dividida em dois espaços principais: um para brincadeiras de crianças; outro para convívio ou reuniões. No subsolo sem janelas e com acesso por uma escada interior, estavam os computadores. Cerca de 20 minutos depois, reuniram-se os participantes, mas às 18h e 30min, por conselho da mediadora, foi iniciada a sessão apenas com a presença de jovens adultos masculinos (um cabo-verdiano, um angolano, um guineense e um são-tomense) e o mediador oficial que acompanhara as pesquisadoras no bairro. O cabo-verdiano era estudante numa universidade particular, com bolsa paga; estudava engenharia técnica. Era o que tinha roupas e aspecto mais cuidado e cosmopolita. O angolano, conhecido por todos como poeta, declarou ser técnico de enfermagem e se encontrar “de momento desempregado”, ocupando-se em atividades no bairro. O guineense apresentou-se como trabalhador da construção civil, com a especialidade de ferreiro. As primeiras intervenções que fizeram mostraram que tinham boa articulação e argumentação, falavam bem português. O são-tomense, mais novo, e há menos tempo em Portugal, tinha mais dificuldades em intervir e algumas dificuldades com o português. Pouco depois, surgiram mais dois participantes são-tomenses, um homem e uma mulher com um bebê.

No decorrer da sessão, as “queixas sobre a atividade da polícia e dos jornalistas” foram muitas. Os relatos personalizaram-se com muitos exemplos vividos pelos participantes e seus familiares e muitas denúncias de colaboração entre a polícia e os jornalistas. Todos tinham casos recentes para contar e lamentavam que os jornalistas não dessem “voz” aos seus testemunhos e preferissem seguir “as operações programadas pelas polícias”. Referiram, também, em concordância com a mediadora e o mediador oficial, que a polícia procura “desrespeitar” de forma contínua os jovens que têm liderança associativa nos bairros,

“humilhando-os publica e sistematicamente perante os jovens que estão envolvidos com a delinquência”. Nesse sentido, fez-se ouvir o testemunho da jovem mulher presente que enfatizou ser o seu companheiro e pai da sua filha, frequente e propositadamente parado em rusgas à entrada do bairro, bem como provocado, em função de ser um líder associativo respeitado pela comunidade. Ela denunciou, ainda, com veemência e confirmação dos presentes, duas situações em que os meios de comunicação tinham sido antecipadamente chamados para registrar essas ocorrências.

Nessa sessão, as experiências individuais que os participantes tinham tido com os meios de comunicação, principalmente com os jornalistas das televisões, sobrepuseram-se às questões que constituíam o roteiro da sessão de grupo de foco, mas atribuíram às notícias, veiculadas consecutivamente nas televisões generalistas, processos complexos de destruição da autoestima coletiva. Segundo os participantes, esses processos consumam-se em dois sentidos: “diminuindo” o que os “africanos fazem melhor que os portugueses” (por exemplo, atribuindo a nacionalidade portuguesa aos jovens desportistas de origem cabo-verdiano e são-tomense); “aumentando” as “dificuldades dos africanos” nomeadamente homogeneizando indivíduos e estatutos sociais e económicos, além de categorizar a presença africana em Portugal, a partir de um atributo fenotípico comum, a cor da pele. Esses enunciados vão ao encontro dos estudos empíricos realizados por outros autores (nomeadamente Cabecinhas, 2007) que analisam a tendência dos Media em construir o grupo dos “outros” como homogêneo e, simultaneamente, individualizar o grupo de pertença. Esta é uma constatação que vem reforçar, muitas vezes de forma não propositada, as dimensões do racismo e da xenofobia. Nessa medida, os Media tendem a atribuir aos “jovens africanos” dos bairros sociais características negativas homogeneamente distribuídas a todos os membros da comunidade.

Um outro fator repetidamente referido por todos os participantes na sessão foi a utilização dos bairros, onde muitos dos moradores são portugueses “e nem todos pretos”, como fator de “exploração das audiências”. Nessa perspectiva, notamos que os participantes tendem a considerar os meios de comunicação, sobretudo as televisões generalistas e alguns jornais de cariz popular, como aliados da violência policial. Como referiu o mediador oficial a “polícia age aqui com o mesmo espírito que agia nas colónias portuguesas africanas” e os meios de comunicação social acompanham-na. Há, assim, uma percepção de injustiças — que perpassa a vida social e as relações com

as instituições — que tenderá a agravar-se simetricamente, à medida que esses grupos, ao percepcionarem os contextos de discriminação nos meios de comunicação, desenvolvam respostas reativas, nomeadamente através de manifestações, de processos de automarginalização e o recurso à delinquência (Champagne, 2000).

Terceira “viagem”: Sintra, 27/01/2008

A reunião do grupo de foco deveria acontecer no seguimento de uma palestra sobre *Media e a Imigração* realizada a convite da Associação anfitriã. A palestra estava marcada para as 15h na sede da associação situada numa sala de um centro comercial na entrada do bairro de autoconstrução. Antecipamo-nos ao horário previsto e fomos tomar café num bar situado no mesmo centro comercial onde se situava a Associação. O edifício do centro comercial encontra-se enquadrado num conjunto de apartamentos sociais, não muito degradado, que faz parede e esconde as construções clandestinas situadas num terreno rural e de quintas, onde ainda são evidentes os sinais de atividades agrícolas. O centro comercial está pintado de novo e, ao lado do café, fica um cabeleireiro afro, em plena atividade e, embaixo, um restaurante de “vários sabores africanos”. Ao lado desse restaurante, encontra-se uma galeria com várias lojas e a Associação. Em frente ao centro comercial, localiza-se uma escola secundária, com aspecto um pouco deteriorado e que, como referiram os membros da Associação, tem uma função de “restaurante”, para evitar comprometer-se com as atividades das crianças e dos jovens.

O presidente da Associação chegou por volta das 15h e 15min, acompanhado de um outro senhor, ambos na faixa dos 40 anos: o presidente é cabo-verdiano e o acompanhante é guineense. Os dois relataram, mais tarde, que chegaram a Portugal na década de 1990 para estudar e que, sem ter condições de prosseguir os estudos, procuraram emprego em diversas atividades, acabando na construção civil. Hoje, o presidente da associação encontra-se formado em direito e a estagiar, mas as perspectivas de emprego nessa área, são, no seu entender, remotas.

Após convite e ida até à Associação, mostraram-nos a sala onde estão alguns computadores antiquados e avariados, e descreveram os problemas do espaço, visto

que a cave é pouco arejada e situada ao lado de outras lojas. Esta localização, segundo os dirigentes associativos, limita a organização de iniciativas com jovens e crianças que “fazem barulho”, tais como música e teatro. Durante cerca de meia hora, esses senhores nos revelaram outros problemas, em especial a dificuldade de encontrar financiamentos para as atividades da Associação, a pouca disponibilidade da Junta de Freguesia e da Escola para colaborar em atividades direcionadas às crianças e aos moradores do bairro. Relataram, também, que os moradores têm grandes dificuldades em se mobilizarem e organizarem, mesmo quando se trata de prevenir situações relacionadas com os seus filhos. Descreveram, igualmente, o grande número de famílias monoparentais, com mães ou avós responsáveis por crianças e jovens e a falta de perspectiva destes, sobretudo rapazes entre os 16-25 anos que, no dizer desses membros associativos, abandonam a escola “sem saber fazer nada” e passam os dias “encostados às paredes” à espera de “oportunidades”.

Por volta das 16h, e não tendo aparecido ninguém, o grupo foi tomar um café. Voltamos ao mesmo café onde tínhamos estado antes de encontrar os membros da Associação. Observamos que são tratados com familiaridade. Entretanto, as ruas estão muito mais movimentadas e veem-se muitos rapazes encostados às paredes e nas esquinas a conversar. Na rua, não são vistas mulheres nem raparigas. Após o café e alguns telefonemas feitos pelos dois associativos, que lembram “que hoje é domingo e há futebol, mas se fosse um dia de semana não vinham, por estar a trabalhar”, descemos novamente para o espaço da Associação. Naquele momento, chegaram mais dois homens, um da mesma faixa etária, são-tomense, e um outro, mais jovem, cabo-verdiano.

Com quatro pessoas e experimentando o computador cedido para a palestra, iniciou-se a apresentação do DVD sobre os *Media e a Imigração*. Os participantes ficaram um pouco surpreendidos, pois esperavam uma palestra convencional — alguém expondo sobre um tema de forma doutoral — e não a visualização de um DVD, apresentando um histórico da relação entre os *Media e a Imigração*, com peças dos telejornais e digitalizações de peças de jornais. Quinze minutos depois, quando acabou o DVD, propôs-se que emitissem opiniões sobre o que tinham visto. Sentiu-se um certo mal-estar pois os participantes estavam ali para “ouvir” e não para “falar”, conforme comentou um homem de cerca de 50 anos, presidente de uma outra Associação. Explicamos que, em vista da presença de cinco pessoas, era muito mais interessante para todos discutir o papel dos Media na Imigração do que

fazer uma conferência sobre o tema. Esclarecemos, também, que esse era um estudo de recepção sobre os meios de comunicação social e que, dado que tinha sido combinada uma sessão de grupo sobre aquele tema, era importante a participação de todos. Solicitamos aos participantes que se apresentassem e tornou-se perceptível que os mais velhos enfatizavam os seus percursos de membros ou apoiantes de movimentos de libertação, nos seus países de origem. Salientavam as suas formações escolares (algumas adquiridas em países da ex-união soviética) em engenharia, informática e advocacia, independentemente de estarem desempregados ou exercerem atividades exclusivamente associativas.

A sessão foi difícil de gerir, pois, para além da desconfiança demonstrada por dois participantes, chegou um outro e foi necessário repor algumas informações sobre a conferência e a sessão. Notamos que as intervenções sobre todos os temas, em vista de a maioria dos participantes ter mais de 40 anos, foram sempre ancoradas na vivência colonial, e se revelavam muito politizadas, com muitas recriminações ao governo (colonial) português. Na perspectiva da maioria dos participantes, foi a governação colonial que determinou a evolução política dos países após as independências, fato que teve, como uma das consequências, o fluxo de imigrantes para Portugal. Os participantes referiram frequentemente o papel dos meios de comunicação durante a guerra colonial e evocaram as suas trajetórias pessoais de combatentes anti-coloniais, de exílio e autoexílio, demonstrando grande “nostalgia” pelo passado e alguma incapacidade de análise face às alterações históricas, políticas e sociais de Portugal e dos países de origem. A sessão foi sempre acompanhada de um tom incriminatório, em que os portugueses e Portugal estariam devedores e deveriam ser culpabilizados pela situação económica e política dos países que colonizaram em África. Além disso, Portugal e os portugueses foram apontados como responsáveis, inclusive economicamente, pelos cidadãos desses países que deixaram o país de origem e vivem atualmente em Portugal.

Convém referir que quatro dos seis participantes dessa sessão “nasceram portugueses”, como afirmaram em diversas instâncias, e ansiavam para que o local onde tinham nascido fosse independente e lhes conferisse a nacionalidade. A vinda para Portugal, ou o regresso a Portugal, é atribuída às vicissitudes das lutas políticas dos seus países de origem e às fragilidades económicas pós-independências. No entanto, não se sentem “imigrantes” mas, como verbalizou um dos dirigentes associativos, “excluídos de tudo”: de empregos, cidadania, escolas, habi-

tação. Em muitas situações de conversa, observou-se, entre os participantes e de forma recontextualizada, o que Fanon escreveu, no início da década de sessenta, a propósito das guerras de libertação colonial e da relação colonizador/colonizado acerca da “necessidade [destes últimos] de criar uma nova pele, desenvolver um novo pensamento, tratar de erguer e valorizar sobre os seus novos pés um homem novo” (Fanon, s.d., p. 79). Essas questões assomam nas leituras ou percepções que se manifestam, muitas vezes, numa perspectiva de “teoria da conspiração”, sobre o que “realmente se passa nos seus países” e o que “os meios de comunicação portugueses querem passar”.

É ainda perceptível, dentro de uma lógica invertida, aquilo que o mesmo autor declarou no primeiro capítulo dos *Condenados da Terra* (Fanon, s.d., p. 32): “[...] o colono e o colonizado conhecem-se há muito tempo. E, na realidade, tem razão o colono quando diz conhecê-los. Foi o colono que fez e continua fazendo o colonizado. O colono tira a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial”. Explicando, é perceptível — nas observações que fazem sobre os meios de comunicação social e sobre a sociedade portuguesa — que os participantes conhecem profundamente o sistema onde estão inseridos. Ao mesmo tempo, demonstram uma percepção muito acutilante do que significa ser membro de um grupo — cuja dimensão de identidade se encontra em constante tensão entre a memória do país de origem e a sua presença em Portugal — estigmatizado e racialmente categorizado.

Quarta “viagem”: Oeiras, 02/03/2008

O contato inicial, tal como em outros bairros, fez-se com o presidente de uma Associação que se comprometera a recrutar os demais jovens. O encontro foi marcado para a sede do Clube de Jovens, cedido pela Câmara Municipal, por volta das 17h e 30min. Assinalamos que o bairro tem boas acessibilidades e que está rodeado de grandes superfícies comerciais, armazéns e empresas.

Entramos no espaço comunitário da Câmara de Oeiras acompanhadas pela funcionária que se disponibilizara, num domingo à tarde, a estar no centro e, assim, viabilizar a sessão de grupo de foco. Como havia um adiantamento em relação à hora marcada, estabelecemos uma conversa sobre a situação do bairro. A funcionária

falou-nos das rotinas do espaço jovem administrado pela Câmara, que é, simultaneamente, um espaço de inclusão digital aberto aos maiores de 12 anos. Ela, assistente social, descreveu a rotina de ocupação pelos alunos das escolas secundárias, que vêm fazer trabalhos escolares, e, também, a permanência de jovens com mais idade interessados em consultar jornais, em informação pública (legislação, anúncios de empregos etc.) e em elaborar os seus *currícula*. Comentou, ainda, que há muitos jovens a pedir a nacionalidade portuguesa ao abrigo da nova lei da nacionalidade de 2007, mas que grande número tem dificuldades em reunir todos os papéis necessários (mais os rapazes que as moças). Segundo a assistente social, estas são mais pró-ativas e ousadas, desenhando estratégias para sair do bairro, não só procurando empregos como moradias e “relações afetivas”. Os rapazes, segundo a assistente, têm mais dificuldades, porque, em algum momento, foram parados em rusgas policiais e sentem-se constantemente vigiados e inseguros, mesmo que não tenham nunca cometido delitos. No entanto, referiu que, infelizmente, há um número razoável de rapazes com ficha na polícia. Relatou que as crianças e jovens têm grande tendência a se fecharem dentro do bairro, criando dinâmicas de autoexclusão e de diferenciação face aos outros bairros e à sociedade envolvente. A constatação dessa realidade fez com que sejam privilegiados, nos últimos tempos, os passeios das crianças e jovens a outros lugares.

O dirigente associativo e os seus convidados começaram a chegar 15 minutos depois da hora prevista. O grupo reuniu cinco pessoas: quatro homens, dois deles integrantes de uma banda de música, e duas mulheres. Uma das mulheres tinha um rosto familiar e, após a apresentação, percebemos que era uma atriz que participara num *sitcom* de uma estação televisiva. Todos tinham aspecto de classe média portuguesa e discursos muito articulados, e dois relataram ter vivido em outros países europeus, nomeadamente em Espanha, França e Inglaterra, logo que adquiriu a nacionalidade portuguesa. A impressão inicial, posteriormente confirmada pelo decorrer da sessão, é que os participantes mais velhos constituíam uma geração com vivências distintas relativamente aos mais jovens, filhos do bairro. Os participantes com mais idade demonstravam ter uma experiência de vida que os fazia ver o bairro a partir do exterior, enquanto os jovens viam o exterior a partir do bairro. Apesar de os participantes mais velhos terem vindo para Portugal ainda jovens e dos mais novos terem nascido em Portugal de pais imigrantes, a mesma preocupação os unia: quem somos Nós? Quem são os Outros? Nesta reflexão, e, talvez, pelo fato de que dos participan-

tes já terem vivido em outros países europeus e outros dois serem jovens e músicos, adivinham-se processos de identificação em construção que vão para lá da categorização em “segundas e terceiras gerações” ou mesmo na identidade sintetizada “luso-africana”. Tal como refere Contador (2001, p. 2-3), o quadro de referência desses filhos de imigrantes já não está nos países de origem dos seus pais, nem nas memórias reconstruídas por estes em Portugal. O processo de identificação desses filhos de imigrantes é o mundo globalizado e aquilo que lhes oferece mais proximidade cultural e que lhes permite reivindicar, inventando e reconstruindo, uma identidade “étnica” ou uma “etnicidade” fundada na sua hipotética especificidade cultural. No entanto, observamos, nos comentários sobre a sociedade e sobre os usos e consumos dos Media, que há uma discussão sobre a “portugalidade” (Machado, 1992) que perpassa o grupo, independentemente do local de nascimento, das idades e trajetórias individuais. As reflexões sobre a “portugalidade”, que envolvem a afirmação, construção ou discussão de uma especificidade cultural, confrontam-se com processos complexos de discriminação presentes na sociedade dominante da qual os meios de comunicação, sobretudo a televisão, fazem parte. As referências a essa “portugalidade” surgiram mais nítidas nos dois participantes que viveram fora de Portugal, através do que eles “os espanhóis, franceses e ingleses” fazem e o que se faz “aqui”, nomeando-se, alternadamente, os participantes como portugueses ou “africanos”.

Nos grupos de foco anteriores, o “arrastão de Carcavelos”⁵ foi sistematicamente lembrado como “a notícia que mais danos provocou nas relações entre brancos e pretos”, sobretudo nos quotidianos dos jovens negros face ao grupo branco maioritário. No entanto, o relato pessoal de um dos jovens músicos tornou-se uma síntese dolorosa desse “dano colateral” do “arrastão de Carcavelos”:

Cresci a estudar Dom Afonso Henriques, Jesus na catequese, que inclusive é tido como branco. E liguei-me à gente da raça branca, como se o mundo deles fosse o mundo da verdade. E acontece de alguém julgar-me por ser negro, na televisão, nos jornais, em todo o lado. Antigamente, causava-me confusão, se nunca fiz mal a ninguém, por que me tratam assim? Expulsam-nos de lugares, cafés, bares e escolas, porque um ou outro fez

alguma porcaria. Agora entendo que há uma explicação, fomos escravizados, tomaram nossos países, depois nos largaram. O povo em África não teve o seu tempo de evolução. Deram-nos ensinamentos religiosos, no tempo das colónias, depois nos largaram. Para quê?

Este relato vem ao encontro do que alguns autores já observaram sobre as percepções individuais de (in)justiça na organização da experiência individual e coletiva e do papel dos juízos comparativos e emocionais daqueles que são vítimas da discriminação. Para esse jovem músico, a percepção que tem da discriminação e do tratamento injusto deriva do seu fenótipo e da sua condição de membro de um grupo estigmatizado pela sociedade dominante. Ele interpreta, e assume, em certo sentido, a sua inferioridade, em função de uma herança histórica, mas acusa os colonizadores pela situação que vive. Que caminho tomará a sua busca por uma autoestima pessoal e coletiva positiva?

Conclusão

Nestas quatro “viagens”, alguns elementos tornaram-se constantes. Primeiramente, a categorização que a sociedade dominante portuguesa faz relativamente àqueles que identifica, mediante traços do fenótipo, como “imigrantes africanos”. Esta categorização reflete-se constantemente nos participantes destes grupos e na sua própria organização, pois muitos adquiriram já a nacionalidade portuguesa, mas afirmam-se “africanos”, “cabo-verdianos”, etc. E, por isso, tendem a considerar-se imigrantes ou outros. Assinalamos, também, que a categorização deriva de preconceitos e visa legitimar as situações de dominação.

Em segundo lugar, as hierarquias sociais advindas de uma “herança colonial” estão ainda muito perceptíveis não só nas imagens individuais e coletivas que o grupo constrói de si, como nas estratégias de afirmação que os indivíduos e os grupos constroem para se autoafirmarem de forma positiva. As “heranças coloniais” estão presentes de forma nítida nos participantes mais velhos, mas também nos mais novos, na atribuição de “culpas” e na

⁵ Evento, ou pseudoevento, criado pelos Media Portugueses, fundado num alegado assalto perpetrado por um grupo de cerca de 500 jovens de origem Africana na praia de Carcavelos, nos arredores de Lisboa, no dia 10 de junho de 2005. Mais tarde o acontecimento foi desmentido pelas autoridades policiais e não se registraram queixas do assalto nas esquadras da região.

“dificuldade” em saírem da “cultura de estigma” inculcada pelo colonialismo. Tratando-se de dirigentes, membros e simpatizantes de associações, as estratégias de afirmação adquirem maior importância, mas ficam aquém na sua implementação, não só por alheamento e deficiência face aos canais de acesso às autoridades como também pela descrença que as comunidades têm nos resultados.

Em terceiro lugar, há uma referência constante aos Media como aliados da polícia no exercício da violência. Como escreveu Champagne (2000) e Rigouste (2004), os Media constroem uma imagem dos subúrbios perigosos e dos seus habitantes jovens delinquentes. Como os subúrbios são, em sua maioria, habitados por imigrantes, a violência transformou-se, progressivamente, numa característica definidora dos imigrantes, sobretudo dos jovens oriundos da imigração. Por outro lado, a utilização de fontes policiais e as rotinas criadas pelos Media, por exemplo, a “ronda pelas esquadras”, tendem a privilegiar notícias cada vez mais dissociadas das condições sociais que estiveram na origem dos acontecimentos. Os participantes desses grupos confirmam, por meio das suas percepções, o que os dois autores franceses referem: que os Media cobrem a violência visível, mas ignoram a violência invisível, sobretudo a que é exercida pela sociedade dominante, e suas instituições, sobre os imigrantes e seus descendentes.

No quarto e último ponto, assinalamos que em todos os participantes há a tendência em olhar a sociedade dominante com medo, fato diretamente relacionado com a pouca participação na vida pública e com a participação indireta que as pessoas têm nos Media. A visibilidade negativa que os habitantes desses bairros têm nos Media, tende a criar nos seus membros barreiras mentais centradas “nas coisas erradas mediatizadas que os membros da sociedade dominante lhes apontam”, o que inibe a socialização e a integração na sociedade envolvente. Identificamos, nos participantes desses grupos de foco, uma cultura do medo derivada da sua permanente mediatização como delinquentes, evento que se transforma em uma maneira de estes indivíduos olharem a vida — “é melhor não se sair do bairro” — e um permanente enquadramento das suas identidades — “os africanos e seus descendentes são todos considerados, pela sociedade dominante, potenciais delinquentes”.

Nessa interação, as responsabilidades sociais dos Media não podem ser escamoteadas, tendo em conta que constroem a realidade mas também a reproduzem em consonância com as forças dominantes, e instalam, pela cultura do medo, um exclusivo e unidirecional controle social.

Referências

- APPADURAI, A. 2004. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa, Teorema, 304 p.
- CABECINHAS, R. 2007. *Preto e branco: a naturalização da discriminação racial*. Porto, Campo das Letras, 305 p.
- CHAMPAGNE, P. 1993. La vision médiatique. In: P. BOURDIEU, *La misère du Monde*. Paris, Seuil, p. 597-603.
- CHAMPAGNE, P. 2000. Violence visible, violence invisible. In: T. FERENCZI (org.) *Faut-il s'accommoder de la violence?* Paris, Editions Complexes, p. 19-25.
- CONTADOR, A.C. 2001. *Cultura juvenil negra em Portugal*. Oeiras, Celta Editora, 104 p.
- FANON, F. [s.d.]. *Os condenados da Terra*. Lisboa, Ed. Ulisseia, 311 p.
- FENTON, N. 2007. Bridging the mythical divide: Political economy and cultural studies approaches to the analysis of the media. In: E. DEVEREUX (org.), *Media studies: key issues & debates*. London, Sage, p. 7-31.
- FERIN, I. 2006. *A televisão das mulheres: ensaios sobre a recepção*. Lisboa, Quimera/Bond, p. 188.
- MACHADO, F.L. 1992. *Contrastes e continuidades*. Oeiras, Celta Editora, 252 p.
- MUNDAY, J. 2006. Identity in focus: The use of focus groups to study the construction of collective identity. *Sociology*, 40(1):89-105.
- PAIS, J.M. 2002. *Sociologia da vida quotidiana*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 284 p.
- PERETZ, H. 1998. *Les méthodes en sociologie: l'observation*. Paris, La Découverte & Syros, 174 p.
- RIGOUSTE, M. 2004. Le langage des medias sur les cités. *Hommes et Migrations*, 1252. Acessado em : 15/07/2008, disponível em : <http://www.acrimed.org/article1875.html>.

Submetido em: 01/12/2008

Aceito em: 18/12/2008